

Educação e História

Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto¹
Nelsimar José Naves²

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. (org.) **Estudos de História da Educação de Goiás.** (1830-1930) Goiânia-GO. Ed. da PUC, 2011.

O livro "Estudos de História da Educação de Goiás. 1830-1930" é um convite a nos embrenharmos cerrado adentro, à procura de um Goiás com sua vasta história, porém, ainda pouco "visitado" pelos pesquisadores. Eis aqui uma obra de relevante valor acadêmico, para aqueles que pretendem melhor compreender a educação em Goiás, em um período (o século XIX), que pela historiografia, há tempos se convencionou afirmar pouco existir sobre o que de fato valha a pena investigar. Perfaz, inclusive, o percurso da História da Educação na Primeira República. Contudo, mais do que isso, propõe dialogar com outros estudos sobre a temática da História da Educação, produzidos nas diferentes regiões do país, no sentido de problematizar esse "campo fértil" em seus diversos contextos e perspectivas.

Prefaciado pelo professor José Gonçalves Gondra e capitaneado pela professora Valdeniza Maria Lopes da Barra, trata-se de uma miscelânea de quatorze artigos assinados por alguns pesquisadores vinculados a diferentes universidades do país. O livro é resultado de pesquisas constituídas através do Projeto Educacional da Sociedade Goiana do Século XIX, vinculado ao Grupo de Estudos de História da Educação em Goiás.

A professora **Valdeniza Maria Lopes Barra** inicia seu texto citando alguns autores e suas diversas abordagens, especialmente acerca da possível vinculação entre um projeto de

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão.
Email: patricia-rlp@hotmail.com

² Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão.
Email: njnaves@hotmail.com

educação e um projeto de nação vigente no século XIX, destacando que em Goiás, tal projeto, possivelmente tenha sua origem no início do Período Imperial.

Através da análise de um periódico da Província de Goyaz: "A Matutyna Meyapontense", de 1834, a autora destaca os princípios de universalidade e obrigatoriedade da instrução primária, postos como prioridade para o país. Faz ainda, um apanhado de escolas públicas de Primeiras Letras, citando o número de escolas e a quantidade de matrículas, em períodos específicos entre os anos de 1837 e 1881, tomando como base, os Relatórios presidenciais, observando, entretanto, a aparente imprecisão de tais dados.

O segundo texto da professora **Maria das Graças Cunha Prudente** faz uma análise do contexto em que viviam as professoras da instrução pública da Cidade de Goiás entre os anos de 1832 e 1887, tendo como premissa, o entendimento do papel das mulheres no cenário educacional, dentro do recorte proposto pela autora.

Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, as representações criadas acerca do universo feminino auxiliam no entendimento das condições com as quais as professoras conviviam no desenvolvimento de seu ofício. Nesse emaranhado de construções, desconstruções e reconstruções de representações que se criaram ao longo das décadas, a autora dá voz a algumas educadoras que se destacaram em seu papel, mesmo longe de decisões políticas e das influências econômicas e culturais advindas dos grandes centros urbanos. A Cidade de Goiás é o loco em que a pesquisa se assenta.

Em sequência, o texto da professora **Cristiane Maria Ribeiro** discute de que forma se deu o início do processo de constituição da educação em Goiás, a partir de meados do século XIX, e de que forma a população negra se inseriu nesse contexto. À luz de autores que estudam a temática, problematiza o pensamento corrente de que as populações negras efetivamente não tinham acesso à educação, salientando que havia diferenças profundas entre a população de negros livres, que tinha seus direitos constitucionais assegurados e o que efetivamente era negado aos escravos, o que, via de regra, é tratado equivocadamente pela historiografia e pela história da educação, como se pertencentes a uma mesma categoria.

O estudo em questão parte de uma análise bibliográfica de célebres viajantes que descreveram suas andanças pelo território goiano. A análise desses relatos é pautada pela hipótese de que tais relatos eram carregados de preconceito, tendo em vista a disseminação de teorias racistas na Europa, ao longo do século XIX, e que ganharam corpo no século XX.

A professora **Yara Fonseca de Oliveira e Silva** faz sua abordagem pautada na busca pela compreensão do universo da criança pobre no estado de Goiás, no século XIX, a partir de análise dialética do que era produzido pelo jornal Correio Oficial.

A questão que norteia a pesquisa passa pela compreensão sobre que imagem é construída da infância no século XIX, e como isso se estabeleceu, e ainda hoje se faz presente. Em outras palavras, quais representações construímos acerca da criança pobre? Além de pensar de que forma o discurso oficial se concretiza, ou seja, se transfigura para o domínio comum dos sujeitos que fazem parte de um determinado grupo.

A autora estabelece como estratégia, a contextualização histórica do Brasil colônia até o século XIX, seus aspectos políticos e sociais, além de uma abordagem acerca da infância pobre no estado de Goiás, para, por fim, dimensionar a relação de força entre economia e educação, através da análise do Jornal Correio Oficial.

O texto da professora **Diane Valdez** é um estudo das fontes do século XIX, mais especificamente um mapeamento dos materiais impressos publicados para os alunos das escolas de Primeiras Letras, ou a instrução primária na província de Goiás, naquele período. Propõe levantar informações acerca de quais os livros escolares circulavam na região à época.

Tendo o século XIX como recorte temporal utilizado pela pesquisadora, a mesma destaca que as solicitações de livros carregavam especificidades, tais como a preocupação do governo da Província em detalhar a quantidade e o tempo que deveria durar cada material, além das exigências de cuidado com as obras, o papel do professor na conservação dos "utensílios", como eram tratados os livros na documentação pesquisada.

O professor **Thiago F. Santana** utiliza-se de documentação composta por leis e relatórios presidenciais relativos à instrução pública, para analisar a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás no período de 1827 a 1887. Parte do pressuposto de que, no período, a escola era produtora de representações de gênero, em seus aspectos comportamentais e sociais. Investiga, portanto, as estratégias e técnicas discursivas mobilizadas na legislação escolar da província à época.

O estudo se referencia a partir das reflexões de Michel Foucault, estabelecendo um diálogo com a teoria das representações sociais e da epistemologia feminista, comparando as diferenciações com as quais foram se constituindo a educação de meninas e a dos meninos nas escolas de instrução pública primária na província de Goiás.

Outro artigo dessa coletânea é assinado pela professora **Regina Célia Padovan**; aborda a instrução primária e sua materialidade na constituição do escola, especificamente em Boa Vista do Tocantins, no século XIX. A autora dialoga com uma diversidade considerável de fontes primárias, com as quais, constrói sua análise, tais como: ofícios, requerimentos, relatórios, mapas de aulas, mapas demonstrativos, tabelas, entre outros.

Os estudos feitos pela pesquisadora, possibilitaram, segundo ela própria, perceber diferentes ângulos no que tange às representações da escola, onde tais aspectos se fazem presentes como fração significativa de um tempo social e de uma localidade como Boa Vista.

A professora **Marlene Barbosa de Freitas Reis**, com a temática, “Algumas considerações sobre o ofício de professor em Goiás no século XIX (1835-1861)” traz a reflexão acerca das preocupações sobre o ofício dos professores e analisa como os discursos oficiais dos presidentes das províncias de Goiás abordavam o assunto utilizando a coleção Memórias Goianas de 3 a 9 como fonte documental, delimitação esta que se justifica “por ser um marco referencial a partir de tentativas de organização, normatização e formalização da instrução pública e da profissão docente em Goiás”. Na íntegra e não diferentemente das políticas públicas atuais, o que se observou é que a práxis ficou muito além das expectativas, pois a decisão de se educar o povo não condizia com as iniciativas de incentivo financeiro para tal fim incidindo principalmente sobre a má remuneração dos professores, um paradoxo, visto que a “disseminação da escola pública integrava o projeto da construção da nação” (VEIGA, 2007, p.131). Neste contexto, Marlene Barbosa realiza uma reflexão acerca da formação dos professores no século XIX, que em síntese foi muito bem evidenciada nos discursos tanto das províncias quanto do próprio império, mas que na prática ocasionou “desvalorização e desprestígio” da profissão. Um convite para se conhecer e vislumbrar diferentes paradigmas para pesquisas no âmbito da formação.

A coletânea é enriquecida pelo texto dos professores **Anderson de Brito Rodrigues** e **Jaqueline Veloso Portela de Araújo**, intitulado “Dos princípios de psicologia à psicologia da escola nova nos currículos e nas reformas escolares em Goiás” (1884-1930). Os autores fazem um resgate do “surgimento e o desenvolvimento da psicologia como conhecimento” no âmbito das políticas educacionais no estado de Goiás, o que é subsidiado por “leis, decretos, regulamentos da instrução pública e periódicos locais presentes em arquivos ou centros de documentação” fazendo com que o leitor compreenda o processo histórico da mesma. Neste contexto, os autores revelam a dinâmica que a psicologia desenvolveu diante dos espaços institucionalizados como hospitais e as faculdades de medicina já no século XIX, atingindo também o campo educacional no auxílio à formação dos professores sobre “questões referentes aos métodos de ensino e ao intelecto. Assim, a formação de professores assume contornos de transformação das instituições escolares tendo como foco principal “os saberes necessários” à vida em sociedade do educando mesmo no contexto de uma política higienista. Em síntese, percebe-se que o campo da psicologia, em específico a de Goiás, “corroborou para a construção de programas escolares, para o entendimento de assuntos concernentes à

aprendizagem, ao intelecto, ao comportamento, à formação moral, às emoções, à racionalidade, à linguagem e à cognição do educando entre outros”, principalmente no campo formativo da Escola Normal.

A professora **Benvinda Barros Dourado** discorre sobre “A educação católica em Porto Nacional: O colégio Sagrado Coração de Jesus”. Inicialmente destaca a importância que a região assumiu por influência da cultura francesa e religiosa por meio dos representantes da Ordem Dominicana que chegaram a Porto Nacional no final do Período Imperial e ali edificou instituições educativas, como o colégio fonte de seu estudo, no ano de 1904. Efetivando os ideais da igreja, no final do século XIX, os dominicanos se instalam no antigo norte de Goiás. A autora justifica a ação da igreja em institucionalizar uma escola de cunho religioso visto que o ensino público era carente e a demanda por escolas era vasta, características estas que abriram caminho para outras ordens religiosas se instalarem em Goiás. A contrapartida desta educação de “qualidade” vinha em forma de “subsídios por meio de bolsas e convênios direcionados via poder público”. Outro contexto analisado por Benvinda é o “Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus: a formação de professoras primárias em Porto Nacional”. Todos esses aspectos são muito bem analisados por quadros elaborados pela autora e que delimitam a importância que o colégio teve para a região enquanto formador de professoras para ensino primário e em específico na formação das primeiras mulheres a assumir a direção das escolas configurando o projeto de reforma da Igreja Católica contra o poder público da época.

O texto de **Miriam Fábria Alves** intitula-se “A instrução primária em Goiás nos primórdios republicanos”; revela a importância da instrução primária para a conformação de um modelo republicano e, por outro, na inércia do governo estadual em organizar e expandir uma rede de instrução primária que entendesse as necessidades educacionais da época. Contextualiza sobre “a organização da instrução primária em Goiás no período de 1893 a 1917”, tendo como aporte documental “as mensagens dos presidentes do Estado e os relatórios dos secretários de instrução”. Com efeito, o que se verifica é que a instrução primária no Brasil vai na contramão daquilo que é proposto em alguns estados norte-americanos e que, por mais que se reconhecesse a importância da mesma para a formação do povo, “a maioria dos estados enfrentou muitas dificuldades na expansão e difusão do Ensino Primário”, ficando o período — “os trinta primeiros anos republicanos” — marcado pela lentidão do crescimento da rede escolar, mesmo com o advento do Manifesto Republicano em 1870 que legitimava “a criação de um espaço de crítica às instituições vigentes”. Neste sentido, conclui-se que vários fatores interferiam negativamente para consolidação do projeto

republicano tais como “a precária situação política no estado, o clima de instabilidade, a falta de continuidade das políticas governamentais, as dificuldades municipais em assumir as escolas primárias”, o que preconizou uma educação insatisfatória que, por falta de subsídios de ordem financeira, material e humana e por uma fiscalização ineficiente, não produzia relatórios que subsidiassem uma análise mais profunda da situação em Goiás.

Em “Caminhos cruzados: A cidade e a escola na história da educação em Goiás na primeira república”, a professora **Rubia-Mar Nunes Pinto** enfoca as relações entre o urbano e o escolar evidenciando o desenvolvimento das cidades e como o sistema educacional acompanhou tal modernização visto que o ideário republicano de uma nação moderna e civilizada não se pautava apenas em qualificar professores e adequar programas e regimentos para a nova civilização, adentrava também a adequação dos prédios escolares, isto assinalava o progresso. Enquanto isso no âmbito pedagógico observa-se um engessamento do conhecimento do contexto brasileiro, “a imagem da nação una e indivisível” o que afetava diretamente a urbanização das cidades com princípios higienistas desarticulando a questão urbana do social. De acordo com a autora, a estruturação educacional não foi tarefa fácil, pois as dificuldades econômicas que o estado atravessava refletiam incisivamente sobre os municípios que não tinham condições de arcar e manter a instrução primária, sem contar “as tensões entre poder estadual e poderes locais” que dificultou o desenvolvimento da centenária Vila Boa, pois nada se construía e a população não crescia. Tais mudanças não atingiram toda população principalmente aquela que vivia no campo, não houve ganhos qualitativos e sim avanços no processo de leis, reformas e decretos satisfatórios no mecanismo de relação entre a escola e a cidade com expressiva significação para a construção de uma identidade goiana.

No texto “A história ensinada em Goiás: Algumas Considerações”, a professora **Miriam Bianca Amaral Ribeiro** tem como escopo apresentar a história do ensino de história de Goiás. A súmula da História de Goiás escrita por Americano do Brasil em 1920 para as comemorações do centenário da independência é seu aporte documental. O (IHGB) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha a “missão de formular e instalar uma história nacional, considerada necessária para afirmação do projeto da recém instalada nação” no período pós-independência, assim imprimia uma identidade nacional, um patriotismo que através do ensino de história deveria atingir toda a população incluindo os não escolarizados, Miriam faz um resgate dos avanços que o estado teve a partir da década de 1920, o papel da Escola Normal como fonte de aperfeiçoamento profissional e posteriormente formador de indivíduos enquadrados ao sistema, papel este também desempenhado pela disciplina de história que foi distribuída pelos cursos em História do Brasil, História de Goiás e História das Civilizações,

contextualiza os caminhos do ensino de história em âmbito nacional e regional para então evidenciar a *Sumula* utilizada nas Escolas Normais de 1932 a 1982, neste último a autora faz um resgate peculiar sobre o autor, caracteriza a obra evidenciando suas fontes primárias, relata a estrutura e o conteúdo da obra principalmente no que tange ao ensino de história, que em síntese coadunou com os propósitos do Instituto em manter o ideário nacionalista.

A obra organizada pela Professora **Valdeniza Lopes da Barra** compõe o período da história da Educação em Goiás. Muito pontual foi a escolha do artigo que finaliza a obra. Intitulado “Arquivo histórico estadual de Goiás e Instituto de pesquisas e estudos históricos do Brasil Central – lugares privilegiados da memória goiana”, produzido pelos professores e diretores dos referidos arquivos, Antônio Cesar Caldas Pinheiro, diretor do Instituto de pesquisa e Maria Carmem Lisita, diretora do Arquivo Histórico. Inicialmente os autores enfocam a falta de estrutura em alguns acervos e arquivos de Goiás e o quanto isso dificulta o trabalho dos pesquisadores, o que não impossibilita, pois muitas pesquisas no âmbito da educação em Goiás foram produzidas. Muitos ainda se encontram sem organização e os documentos estão dispersos por várias cidades como Goiânia, Cidade de Goiás, Silvânia, Santa Cruz, Pirenópolis dentre outras. Os avanços são perceptíveis tanto no AHEG quanto no IPEHBC por possuírem “acervo rico e organizado, facilitando a busca e o encontro das informações existentes na documentação” além de receber subsídios que auxiliam na manutenção dos mesmos. A fim de demonstrar ao leitor a “missão” que cada espaço oferece os autores apresentam o “histórico, a formação e as principais tipologias documentais” existentes em cada arquivo afim de que se torne público o espaço como lugar de pesquisa e produção de conhecimento principalmente no que tange à história do Brasil Central.

Conclui-se que a obra oferece ao leitor e principalmente aos pesquisadores em História da Educação uma visão da educação nos primórdios do século XIX e toda ação política entre Estado, Igreja e Educação demonstrando os retrocessos e avanços de um período pouco visionado e que muito tem a contribuir para o debate sobre a educação brasileira.

Referência

BARRA, V. M. da. (org.) **Estudos de História da Educação de Goiás**. (1830-1930) Goiânia-GO. Ed. da PUC, 2011.